

O plurilinguismo nas diretrizes curriculares da Amazônia Oriental: uma breve revisão a partir do contexto de Marabá-PA

RESUMO

A Amazônia brasileira caracteriza-se por uma expressiva diversidade linguística, cultural e étnica, resultante da convivência histórica entre povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, sujeitos do campo e diferentes grupos migratórios. Apesar dessa realidade, os currículos escolares e as políticas educacionais ainda tendem a privilegiar perspectivas monolíngues de ensino, centradas na língua portuguesa como língua única de escolarização. Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar como o plurilinguismo, a interculturalidade e a diversidade linguística são contemplados nas diretrizes curriculares do Estado do Pará, com especial atenção ao contexto educacional de Marabá, na Amazônia Oriental. Metodologicamente, trata-se de uma breve revisão documental e bibliográfica fundamentada nos pressupostos da Educação Linguística, da Didática do Plurilinguismo e da interculturalidade. O corpus é composto por dois documentos curriculares, um estadual e outro municipal, bem como por estudos que abordam currículo, diversidade cultural e interculturalidade na região. Os resultados indicam que, embora os documentos analisados reconheçam a diversidade cultural amazônica e valorizem princípios relacionados à interculturalidade, a pluralidade linguística ainda aparece de forma limitada e pouco explícita como elemento estruturante das orientações curriculares. Observa-se a predominância de uma concepção curricular que privilegia a diversidade cultural em detrimento da diversidade linguística, mantendo traços de uma perspectiva monolíngue de ensino. Conclui-se que a incorporação dos pressupostos da Educação Linguística e da Didática do Plurilinguismo pode contribuir para a construção de currículos mais sensíveis às realidades amazônicas, favorecendo o reconhecimento dos repertórios linguísticos dos estudantes e a valorização das múltiplas línguas e culturas presentes na região.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Linguística. Plurilinguismo. Interculturalidade. Currículo. Amazônia Oriental. Marabá.

Alisson Estumano Pereira
alisson.pereira@unifesspa.edu.br
Universidade Federal do Sul e Sudeste do
Pará (Unifesspa), Marabá, Pará, Brasil.

Sweder Souza
selma.alas@ufpr.br
Universidade Federal do Sul e Sudeste do
Pará (Unifesspa), Marabá, Pará, Brasil.

INTRODUÇÃO

A diversidade linguística constitui uma das características mais marcantes da formação histórica, social e cultural brasileira. Entretanto, a escola brasileira foi historicamente estruturada sob uma perspectiva predominantemente monolíngue, orientada pela centralidade da língua portuguesa e pela difusão da ideia de uma suposta unidade linguística nacional. Conforme argumenta Faraco (2016), a representação do Brasil como um país monolíngue constitui uma construção histórica e ideológica que invisibiliza a pluralidade de línguas, variedades e práticas linguísticas existentes em seu território. Essa realidade torna-se ainda mais evidente na Amazônia, região caracterizada pela convivência de povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, camponesas e migrantes, que produzem um cenário marcado por intensos processos de contato linguístico e intercultural.

No estado do Pará, essa pluralidade assume contornos particularmente complexos em razão da coexistência de diferentes povos, culturas e repertórios linguísticos. Além das línguas indígenas ainda faladas em diversos territórios, convivem na região variedades do português brasileiro, práticas linguísticas associadas às comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, sujeitos do campo e grupos oriundos de diferentes processos migratórios. Tal realidade revela que a Amazônia Oriental constitui um espaço profundamente heterogêneo do ponto de vista sociolinguístico, no qual as experiências linguísticas dos sujeitos são atravessadas por múltiplas formas de pertencimento cultural e identitário.

Nesse contexto, este trabalho propõe uma reflexão acerca do que indicam as diretrizes curriculares do Estado do Pará sobre o ensino de Língua Portuguesa, considerando uma perspectiva plurilíngue e intercultural voltada às especificidades da Amazônia Oriental, particularmente do contexto educacional de Marabá. A proposta fundamenta-se no reconhecimento da diversidade linguística e cultural como elemento estruturante de uma educação de qualidade socialmente referenciada, comprometida com os direitos linguísticos, a valorização dos repertórios dos estudantes e a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

O contexto amazônico constitui um território de confluência de múltiplas tradições linguísticas, culturais e étnicas, marcado pela presença de povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, povos do campo e intensos fluxos migratórios oriundos de diferentes regiões do país. Trata-se, portanto, de um espaço de diversidade sociolinguística, interculturalidade e resistência cultural, no qual coexistem diferentes formas de uso da língua portuguesa, línguas indígenas, repertórios híbridos e práticas discursivas vinculadas às especificidades dos territórios amazônicos. Contudo, essa pluralidade raramente se reflete de maneira efetiva nos materiais didáticos, nas práticas pedagógicas e, muitas vezes, nos próprios documentos curriculares que orientam o ensino de Língua Portuguesa na educação básica.

O apagamento ou a marginalização dos repertórios linguísticos locais contribui para a manutenção de uma educação monocultural e monolíngue, desconsiderando as experiências sociolinguísticas vivenciadas por grande parte dos estudantes amazônicos. Em diversos contextos, as línguas indígenas, os falares afro-amazônicos, as variedades rurais e ribeirinhas do português brasileiro e outras formas legítimas de expressão linguística permanecem invisibilizadas ou são

tratadas como desvios em relação à norma-padrão, reforçando processos de exclusão, preconceito linguístico e desigualdades educacionais. Como afirma Bagno (2017), a escola brasileira ainda reproduz mecanismos de discriminação linguística ao privilegiar uma variedade idealizada da língua em detrimento das formas efetivamente utilizadas pelos falantes em seus contextos sociais.

Essa problemática dialoga diretamente com o campo da Educação Linguística, compreendida como um processo de formação que visa desenvolver nos sujeitos capacidades de reflexão crítica sobre a linguagem, seus usos e suas implicações sociais. Segundo Bagno e Rangel (2005), a Educação Linguística deve possibilitar aos estudantes compreenderem a diversidade linguística como característica inerente às sociedades humanas, favorecendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais democráticas e inclusivas. Nessa perspectiva, ensinar Língua Portuguesa não significa apenas transmitir conteúdos gramaticais, mas também promover a compreensão crítica dos fenômenos de variação, mudança, contato linguístico e diversidade cultural.

A discussão sobre plurilinguismo amplia essa compreensão ao reconhecer que os indivíduos mobilizam repertórios linguísticos diversos ao longo de suas trajetórias de vida. De acordo com o Conselho da Europa (2020), o plurilinguismo refere-se à capacidade de utilizar e articular diferentes conhecimentos linguísticos e culturais em situações comunicativas variadas. Tal concepção afasta-se da ideia de compartimentalização das línguas e valoriza os repertórios construídos pelos sujeitos em suas experiências sociais. Em regiões como a Amazônia, onde diferentes línguas, culturas e formas de conhecimento coexistem, essa perspectiva revela-se particularmente relevante para a construção de práticas educativas comprometidas com a valorização da diversidade.

Nesse sentido, a Didática do Plurilinguismo apresenta-se como uma alternativa teórico-metodológica capaz de contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas. Fundamentada na valorização dos repertórios linguísticos dos sujeitos e no desenvolvimento da competência plurilíngue e pluricultural, essa perspectiva busca promover a consciência linguística, o diálogo intercultural e o reconhecimento das diferentes formas de expressão presentes nas comunidades escolares. Ao incorporar os repertórios linguísticos locais ao ensino de Língua Portuguesa, torna-se possível construir práticas educativas mais sensíveis às realidades amazônicas e mais comprometidas com a valorização dos conhecimentos produzidos pelos diferentes grupos sociais que compõem a região.

No caso específico de Marabá, essa discussão adquire especial relevância. Situado na Região de Integração de Carajás, o município caracteriza-se por intensos fluxos migratórios e pela presença de populações indígenas, comunidades rurais, grupos tradicionais e sujeitos oriundos de diferentes regiões do país. Trata-se de um território marcado por múltiplas identidades culturais e linguísticas, cuja complexidade desafia perspectivas curriculares homogêneas e demanda propostas pedagógicas capazes de dialogar com a diversidade efetivamente existente nas escolas.

Nas últimas décadas, diferentes estudos têm evidenciado a necessidade de superar a concepção monolíngue que historicamente orientou as políticas educacionais brasileiras. Pesquisas desenvolvidas por Maher (2007), Cavalcanti (2013), Oliveira (2009), Altenhofen (2013), Bagno (2007; 2017) e Faraco (2008;

2016) demonstram que a diversidade linguística constitui um elemento central da realidade brasileira e que sua invisibilização nos processos educativos contribui para a reprodução de desigualdades sociais, culturais e linguísticas. No contexto amazônico, estudos sobre diversidade linguística e cultural também têm destacado a importância do reconhecimento dos diferentes repertórios linguísticos presentes na região e da construção de políticas educacionais mais sensíveis às especificidades locais. Apesar desses avanços, ainda são relativamente escassos os trabalhos que investigam de forma específica como os documentos curriculares estaduais e municipais incorporam perspectivas relacionadas ao plurilinguismo, à interculturalidade e à Educação Linguística, especialmente no contexto da Amazônia Oriental.

Diante desse cenário, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender de que maneira as diretrizes curriculares do Estado do Pará incorporam, explícita ou implicitamente, princípios relacionados ao plurilinguismo, à interculturalidade e à valorização da diversidade linguística. Considerando que os documentos curriculares constituem importantes orientadores das práticas pedagógicas, sua análise pode contribuir para a identificação de avanços, limites e possibilidades para a construção de uma Educação Linguística Plurilíngue voltada às realidades amazônicas. Dessa forma, este estudo caracteriza-se como uma breve revisão documental e bibliográfica, cujo objetivo consiste em analisar documentos oficiais relacionados ao ensino de Língua Portuguesa no Estado do Pará à luz dos pressupostos da Educação Linguística, do Plurilinguismo e da interculturalidade. Busca-se identificar de que maneira a diversidade linguística e cultural amazônica é representada nas diretrizes curriculares paraenses e quais implicações essas orientações podem produzir para a construção de práticas pedagógicas voltadas ao contexto educacional de Marabá, na Amazônia Oriental.

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA, DIVERSIDADE E PLURILINGUISMO

A noção de Educação Linguística desenvolvida no Brasil tem buscado superar concepções restritas de ensino de língua centradas exclusivamente na gramática normativa. Para Bagno e Rangel (2005), a Educação Linguística deve possibilitar ao estudante compreender criticamente a realidade sociolinguística em que está inserido, desenvolvendo competências que lhe permitam atuar de forma reflexiva em diferentes contextos de uso da linguagem. Nessa perspectiva, ensinar língua não significa apenas ensinar regras gramaticais, mas também promover a compreensão da diversidade linguística e dos processos sociais que atravessam as práticas de linguagem.

Bagno (2007) argumenta que a escola brasileira historicamente contribuiu para a reprodução do preconceito linguístico ao privilegiar uma variedade idealizada da língua portuguesa em detrimento das formas efetivamente utilizadas pelos falantes. Segundo o autor, (...) “o reconhecimento da diversidade linguística é condição indispensável para a democratização do ensino de língua” (Bagno, 2007, p. 83).

Essa discussão aproxima-se da concepção de plurilinguismo desenvolvida pelo Conselho da Europa (2020), segundo a qual os indivíduos mobilizam repertórios linguísticos múltiplos e dinâmicos ao longo de suas trajetórias de vida. Diferentemente do multilinguismo, entendido como a coexistência de várias

línguas em determinado espaço social, o plurilinguismo refere-se à capacidade dos sujeitos de integrar diferentes recursos linguísticos e culturais em suas práticas comunicativas (Souza, Rutiquewiski, 2025).

No contexto brasileiro, Cavalcanti (2013) destaca que a diversidade linguística precisa ser compreendida como um fenômeno constitutivo da sociedade, especialmente em regiões de fronteira, territórios indígenas e áreas marcadas por intensos fluxos migratórios. Tal compreensão é particularmente pertinente para a Amazônia paraense, onde a pluralidade de línguas, culturas e identidades constitui elemento central da vida social.

A DIVERSIDADE CULTURAL COMO FUNDAMENTO DOS CURRÍCULOS PARAENSES

A análise dos documentos curriculares do Pará revela que a diversidade cultural ocupa posição significativa na construção das diretrizes educacionais estaduais. O Documento Curricular do Estado do Pará para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental estabelece como um de seus princípios o respeito às diversas culturas amazônicas e suas inter-relações no espaço e no tempo, inserindo a valorização da diversidade como elemento estruturante da proposta curricular.

Da mesma forma, o Documento Curricular do Estado do Pará para o Ensino Médio reafirma entre seus princípios o “Respeito às Diversas Culturas Amazônicas e suas Inter-Relações no Espaço e no Tempo”, evidenciando a preocupação em construir uma educação articulada às especificidades socioculturais da região amazônica.

Essa orientação aproxima-se das reflexões de Faraco (2021), para quem a valorização das múltiplas experiências culturais e linguísticas constitui requisito fundamental para a construção de uma educação democrática. Segundo o autor, o reconhecimento da diversidade não pode limitar-se à dimensão folclórica ou celebrativa das culturas, devendo envolver também a problematização das desigualdades e hierarquias historicamente produzidas entre grupos sociais e linguísticos.

Entretanto, embora os documentos curriculares paraenses enfatizem a diversidade cultural, a diversidade linguística aparece de maneira muito menos explícita. Observa-se um reconhecimento das culturas amazônicas, das populações indígenas, quilombolas e do campo, mas raramente se encontram referências diretas aos repertórios linguísticos desses grupos ou ao desenvolvimento da competência plurilíngue dos estudantes.

Essa ausência torna-se particularmente significativa quando se considera que o próprio Documento Curricular do Estado do Pará dedica seções específicas à Educação Escolar Indígena, à Educação do Campo e à Educação das Relações Étnico-Raciais e Quilombolas. Embora tais modalidades representem avanços importantes no reconhecimento da diversidade social e cultural, a questão linguística permanece frequentemente subordinada às discussões identitárias e culturais.

MARABÁ E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA EM CONTEXTO AMAZÔNICO

No município de Marabá, a discussão sobre plurilinguismo assume especial relevância em razão das características socioculturais da região. Situado na Região de Integração de Carajás, o município reúne populações oriundas de diferentes regiões do Brasil, comunidades indígenas, grupos rurais, populações tradicionais e diversos sujeitos marcados por trajetórias migratórias. Trata-se, portanto, de um território profundamente heterogêneo do ponto de vista cultural e linguístico.

O Plano Municipal de Educação de Marabá (2024-2034) reconhece a necessidade de contemplar diferentes segmentos sociais e educacionais, incluindo a Educação do Campo, a Educação Especial e políticas voltadas à valorização da diversidade. Contudo, assim como ocorre nos documentos estaduais, a diversidade linguística não aparece como categoria central na organização curricular municipal.

Nos documentos analisados, a língua é tratada predominantemente como prática social e cultural, articulada às experiências dos sujeitos, alinhando-se a perspectivas contemporâneas que enfatizam o uso, a interação e a construção de sentidos, no documento da SEDUC-PA, essa perspectiva aparece ao afirmar que:

a produção de sentidos e saberes, por meio das diferentes formas de linguagens e práticas sociais, que apoiem os estudantes a construir e refletir sobre a própria identidade como paraenses e brasileiros, dialogando com seu tempo e a diversidade linguística, social e cultural que os constituem (Pará, 2024, p. 10).

Desta forma, evidencia a centralidade da linguagem em contextos reais de uso e interação. Embora ainda haja a presença de elementos associados à sua dimensão estrutural, como sistema e código. Os documentos analisados apresentam, no plano discursivo, uma concepção de língua orientada pela valorização da variação linguística e dos usos reais da comunidade, ao reconhecerem a diversidade das práticas de linguagem e a relevância dos repertórios socioculturais dos estudantes. No documento diz que:

[...] é preciso uma atitude de acolhimento e legitimação de diferentes formas de expressão da língua, valorizando a inteligibilidade nas produções dos estudantes; se opondo a comparações do/a estudante com modelos ideais nativos; combatendo o preconceito linguístico com outros idiomas e sotaques do próprio Brasil. [...] valorizar nas produções mais a comunicabilidade do que a precisão e acuidade linguística." (Pará, 2024. p.12).

Essa orientação sugere um afastamento teórico de uma perspectiva monolíngue e normativa, indicando que o foco do ensino está na eficácia comunicativa e não apenas na correção formal. Entretanto, ao se considerar o contexto das práticas escolares, observa-se uma tensão entre essa proposta e sua efetiva implementação. Observa-se que, apesar do reconhecimento da diversidade linguística, o ensino de língua portuguesa permanece, em grande medida, orientado pela gramática tradicional e pela norma-padrão, que continuam a ocupar posição central no processo de ensino-aprendizagem nas escolas.

Pesquisas realizadas sobre os currículos das escolas de Marabá evidenciam essa lacuna. Souza e Gomes (2018), ao analisarem Projetos Político-Pedagógicos de escolas municipais, identificaram que muitas instituições apresentavam poucas

ações voltadas à diversidade cultural, à educação escolar indígena e às relações étnico-raciais. Segundo as autoras, algumas escolas não priorizavam em seus planejamentos projetos ou atividades sistemáticas relacionados a essas temáticas. Um dos resultados centrais do estudo aponta que as escolas municipais analisadas apresentavam poucas ações sistemáticas relacionadas à diversidade cultural:

[...] foram identificadas nos PPP um mínimo de ações voltadas à diversidade cultural, mostrando que algumas instituições de ensino não priorizam em seus planejamentos ações, projetos ou demais atividades de forma sistemática e que abordem suas temáticas, como educação para as relações étnico-raciais, educação escolar indígena, gênero e sexualidade, diversidade religiosa etc. (Souza; Gomes, 2018, p. 1).

Em outro estudo, as pesquisadoras destacam que a interculturalidade ainda ocupa espaço reduzido nas práticas curriculares das escolas analisadas, apesar da intensa diversidade presente no contexto marabaense. Tal constatação revela uma distância entre a realidade sociocultural vivenciada pelos estudantes e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar.

Sob a perspectiva da Educação Linguística, essa situação evidencia a necessidade de ampliar o debate sobre os repertórios linguísticos presentes no município. Como argumentam Souza e Rutiquewiski (2025), uma educação comprometida com a cidadania linguística deve possibilitar aos estudantes compreenderem criticamente os fenômenos da variação, da diversidade e das ideologias linguísticas que permeiam a sociedade. Ainda:

[...] romper com uma lógica monolíngue implica adotar uma abordagem educativa que valorize e integre os saberes linguísticos comunitários [...] Trata-se de resgatar as vozes silenciadas e de construir, por meio da escola, uma política linguística inclusiva e democrática. Uma abordagem plurilíngue concentra-se no desenvolvimento de estratégias que ampliem as capacidades dos próprios sujeitos para melhor reconhecer e usar suas habilidades linguísticas existentes. Em um cenário educacional cada vez mais diversificado linguisticamente, tal abordagem permite uma mudança para identificar e mobilizar produtivamente toda a gama de recursos linguísticos e repertórios comunicativos que os alunos trazem para o aprendizado. Diante da diversidade dos alunos e de seus repertórios e da multiplicidade de abordagens disponíveis para o ensino plurilíngue, a escola deve fazer escolhas. De um lado observamos a necessidade de uma política linguística que permeie o currículo da escola, para garantir uma educação de qualidade a todos os alunos. Por outro lado, temos a prática docente, em que o professor, independentemente da questão do currículo escolar, pode optar em mobilizar práticas plurilíngues nas suas aulas. Naturalmente que isso demanda uma formação de docentes qualificada (Souza; Gomes, 2025, p. 35-36).

Nesse sentido, a realidade de Marabá apresenta condições particularmente favoráveis para o desenvolvimento de propostas inspiradas na Didática do Plurilinguismo e nas Abordagens Plurais das Línguas e Culturas. A presença de diferentes variedades do português, de línguas indígenas e de repertórios culturais diversos constitui um potencial educativo que ainda permanece insuficientemente explorado pelas políticas curriculares locais.

A análise dos documentos curriculares do Estado do Pará e das produções acadêmicas sobre o contexto educacional de Marabá permite constatar uma aparente contradição entre a realidade sociolinguística amazônica e as orientações curriculares que regulam o ensino de Língua Portuguesa. A região amazônica,

especialmente a Amazônia Oriental, caracteriza-se por uma constituição histórica marcada pelo encontro de povos indígenas, populações afrodescendentes, comunidades quilombolas, ribeirinhas, camponesas e sucessivas correntes migratórias oriundas de diferentes regiões do Brasil. Trata-se de um território no qual coexistem múltiplas línguas, variedades linguísticas, identidades culturais e formas de produção de conhecimento. Nesse sentido, a diversidade não representa uma característica periférica da região, mas um elemento constitutivo de sua formação social, cultural e linguística. Tal realidade exigiria que os currículos escolares assumissem explicitamente uma perspectiva plurilíngue e intercultural, capaz de reconhecer e valorizar os repertórios linguísticos dos estudantes como parte legítima dos processos de ensino e aprendizagem.

Entretanto, embora os documentos curriculares paraenses demonstrem preocupação com a valorização da diversidade cultural e com o reconhecimento das especificidades amazônicas, observa-se que a pluralidade linguística permanece pouco evidenciada como princípio estruturante das orientações pedagógicas. Os documentos analisados ressaltam a importância das culturas amazônicas, das populações indígenas, quilombolas e do campo, mas raramente avançam para uma discussão mais aprofundada sobre os repertórios linguísticos presentes nesses grupos ou sobre o papel da escola na promoção de uma educação linguística comprometida com os direitos linguísticos e a diversidade de práticas de linguagem existentes na região. Dessa forma, a diversidade cultural aparece mais explicitamente contemplada do que a diversidade linguística, revelando a permanência de uma concepção curricular ainda fortemente vinculada a perspectivas monolíngues de ensino.

Essa lacuna torna-se ainda mais significativa quando se considera a realidade de municípios como Marabá. Situada em uma região marcada por intensos fluxos migratórios e pela proximidade com diferentes territórios indígenas e comunidades tradicionais, a cidade constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento de propostas pedagógicas orientadas pelo plurilinguismo e pela interculturalidade. Contudo, pesquisas realizadas por Souza e Gomes (2018) demonstram que as escolas municipais ainda apresentam poucas ações sistemáticas voltadas à diversidade cultural e às relações interculturais, indicando que os currículos escolares nem sempre conseguem dialogar de maneira efetiva com a complexidade sociocultural do território. Esse cenário sugere que a invisibilização da diversidade linguística nos documentos orientadores tende a repercutir nas práticas pedagógicas, limitando as possibilidades de construção de uma educação mais sensível às experiências dos estudantes amazônicos.

Diante desse contexto, entende-se que as diretrizes curriculares do Pará poderiam avançar na incorporação de princípios oriundos da Educação Linguística e da Didática do Plurilinguismo, explicitando de forma mais consistente a pluralidade linguística que caracteriza a região amazônica. Mais do que reconhecer a diversidade cultural como valor educativo, torna-se necessário compreender que as línguas, as variedades linguísticas e os repertórios comunicativos dos sujeitos constituem patrimônios socioculturais que devem ser incorporados aos currículos escolares. Ao promover uma abordagem que valorize as diferentes formas de expressão linguística presentes na Amazônia Oriental, os documentos curriculares poderiam contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, interculturais e socialmente referenciadas, capazes de dialogar com a realidade

dos estudantes e fortalecer processos de pertencimento, cidadania e valorização da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos curriculares do Estado do Pará e do município de Marabá permite concluir que o plurilinguismo não se encontra explicitamente formulado como princípio organizador das políticas curriculares. Contudo, diversos elementos presentes nesses documentos, especialmente aqueles relacionados à diversidade cultural, à interculturalidade, à educação indígena e à valorização das culturas amazônicas, constituem bases importantes para a construção de uma Educação Linguística Plurilíngue.

Observa-se, entretanto, que a diversidade linguística permanece relativamente invisibilizada nos currículos analisados. Enquanto as diferenças culturais recebem destaque significativo, as questões relacionadas aos repertórios linguísticos dos estudantes aparecem de forma indireta ou secundária. Tal cenário revela a permanência de uma lógica curricular predominantemente monolíngue, ainda fortemente centrada na língua portuguesa como principal objeto de escolarização.

Diante dessa realidade, torna-se necessário avançar para uma concepção de currículo que reconheça explicitamente a pluralidade linguística amazônica e promova o desenvolvimento da competência plurilíngue e pluricultural dos estudantes. Em um território marcado pela coexistência de diferentes línguas, culturas e identidades, a Educação Linguística pode desempenhar papel fundamental na valorização dos direitos linguísticos e na construção de uma escola mais democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

Plurilingualism in the curriculum guidelines of the Eastern Amazon: a brief review from the context of Marabá, Pará, Brazil

ABSTRACT

The Brazilian Amazon is characterized by significant linguistic, cultural, and ethnic diversity resulting from the historical coexistence of Indigenous peoples, quilombola communities, riverine populations, rural groups, and different migratory movements. Despite this reality, school curricula and educational policies still tend to privilege monolingual perspectives, centered on Portuguese as the sole language of schooling. In this context, this study aims to analyze how plurilingualism, interculturality, and linguistic diversity are addressed in the curricular guidelines of the State of Pará, with particular attention to the educational context of Marabá, in the Eastern Amazon. Methodologically, this research consists of a brief documentary and bibliographical review grounded in the principles of Language Education, Plurilingual Education, and interculturality. The corpus comprises state and municipal curricular documents, as well as studies addressing curriculum, cultural diversity, and interculturality in the region. The findings indicate that, although the analyzed documents acknowledge Amazonian cultural diversity and emphasize intercultural principles, linguistic plurality remains limited and insufficiently explicit as a structuring element of curricular orientations. The results reveal the predominance of a curricular conception that prioritizes cultural diversity over linguistic diversity, maintaining traces of a monolingual educational perspective. It is concluded that incorporating the principles of Language Education and Plurilingual Didactics may contribute to the development of curricula that are more responsive to Amazonian realities, promoting the recognition of students' linguistic repertoires and the appreciation of the multiple languages and cultures present in the region.

KEYWORDS: Language Education. Plurilingualism. Interculturality. Curriculum. Eastern Amazon. Marabá.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 56. ed. São Paulo: Loyola, 2017.

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005.

CAVALCANTI, Marilda do Couto. Educação linguística e formação de professores em contextos multilíngues. In: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JÚNIOR, Celso (org.). Sociolinguística, sociolinguísticas. São Paulo: Contexto, 2013.

CONSELHO DA EUROPA. Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: aprendizagem, ensino, avaliação – volume complementar. Strasbourg: Council of Europe, 2020.

FARACO, Carlos Alberto. História sociopolítica da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

MARABÁ. Plano Municipal de Educação 2024-2034. Marabá: SEMED, 2024.

PARÁ. Documento Curricular do Estado do Pará: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Belém: SEDUC, 2019.

PARÁ. Documento Curricular do Estado do Pará: Ensino Médio. Belém: SEDUC, 2021.

SOUZA, Janalice Alves de; GOMES, Ana Clédina Rodrigues. Interculturalidade: uma análise dos currículos implementados nas escolas de Marabá-PA. Marabá: FAPESPA/Unifesspa, 2018.

SOUZA, Janalice Alves et al. Diversidade cultural e formação no ensino fundamental. Anais da Jornada Institucional da Unifesspa, Marabá, 2017.

SOUZA, Sweder; RUTIQUEWISKI, Andréia. Língua portuguesa e educação linguística reflexões para um ensino plurilíngue. Revista (Con)Textos Linguísticos, v. 19 n. 42, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47456/rctl.v19i42.47776>.

Recebido: 2 jun. 2026

Aprovado: 3 jun. 2026

DOI: 10.3895/rl.v28n52.22065

Como citar: Pereira, A.E.; Souza, S. O plurilinguismo nas diretrizes curriculares da Amazônia Oriental: uma breve revisão a partir do contexto de Marabá-PA. R. Letras, Curitiba, v. 28, n. 52, p. 1-12, jan./jun. 2026. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rl>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

